



# ENTRE LIBERDADE E CONTROLE: OS PARQUES URBANOS COMO DISPOSITIVO DE GOVERNO EM FORTALEZA. ESTUDO DE CASO DO PARQUE RACHEL DE QUEIROZ (SESSÃO TEMÁTICA 3)

**Fernanda Geórgia Casimiro de Oliveira**  
Universidade Estadual do Ceará | arqfgeorgiacasi@gmail.com

---

## Sessão Temática 3: Estado, planejamento e políticas públicas

---

**Resumo:** Este estudo analisa as dinâmicas do empreendedorismo urbano no Parque Rachel de Queiroz em Fortaleza, Ceará, Brasil, destacando como os ambulantes transitam entre o legal e o ilegal. A pesquisa explora as estratégias de ocupação, as relações com o poder público e o uso de tecnologias digitais como ferramentas de organização e controle. Relatos mostram que, apesar das regulamentações estatais, a autogestão dos trabalhadores é fundamental para sua sobrevivência econômica. Também são discutidas as influências políticas locais, que moldam os espaços públicos em benefício de interesses específicos. Por fim, o estudo evidencia a complexidade e a adaptabilidade do comércio informal frente às transformações urbanas, propondo a necessidade de políticas públicas mais inclusivas para equilibrar liberdade e regulação.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo urbano; comércio informal; regulação estatal; espaços públicos.

## BETWEEN FREEDOM AND CONTROL: URBAN PARKS AS GOVERNMENT DEVICES IN FORTALEZA. A CASE STUDY OF RACHEL DE QUEIROZ PARK.

**Abstract:** *This study analyzes the dynamics of urban entrepreneurship at Rachel de Queiroz Park in Fortaleza, Ceará, Brazil, highlighting how street vendors navigate the boundaries between legality and illegality. The research explores occupation strategies, relationships with public authorities, and the use of digital technologies as tools for organization and control. Testimonies reveal that despite state regulations, workers' self-management is essential for their economic survival. The study also examines local political influences that shape public spaces to serve specific interests. Finally, it highlights the complexity and adaptability of informal trade in response to urban transformations, proposing the need for more inclusive public policies to balance freedom and regulation.*

**Keywords:** *Urban entrepreneurship; informal trade; state regulation,; public Spaces.*

---

## ENTRE LIBERTAD Y CONTROL: LOS PARQUES URBANOS COMO DISPOSITIVOS DE GOBIERNO EN FORTALEZA. ESTUDIO DE CASO DEL PARQUE RACHEL DE QUEIROZ.

**Resumen:** *Este estudio analiza las dinámicas del emprendimiento urbano en el Parque Rachel de Queiroz, Fortaleza, Ceará, Brazil, destacando cómo los vendedores ambulantes transitan entre los límites de la legalidad e ilegalidad. La investigación explora las estrategias de ocupación, las relaciones con las autoridades públicas y el uso de tecnologías digitales como herramientas de organización y control. Los testimonios revelan que, a pesar de las regulaciones estatales, la autogestión de los trabajadores es esencial para su supervivencia económica. El estudio también examina las influencias políticas locales que moldean los espacios públicos en beneficio de intereses específicos. Finalmente, evidencia la complejidad y adaptabilidad del comercio informal frente a las transformaciones urbanas, proponiendo la necesidad de políticas públicas más inclusivas para equilibrar libertad y regulación.*

**Palabras clave:** *Emprendimiento urbano; comercio informal; regulación estatal; espacios públicos.*

## INTRODUÇÃO

Compreender o Parque como um espaço público de estudo demonstra como as relações sociais e arquitetura, formas e processos, atuam nesses ambientes, produzindo uma variedade de usos, interesses e tensões que remetem ao urbano uma condição permanentemente instável (HARVEY, 2005). No caso de Fortaleza, é possível identificar um desenvolvimento no investimento econômico na construção, recuperação e inauguração de parques pela cidade. Alinhada aos esforços econômicos é possível perceber uma intensificação de notícias, propagadas por diferentes mídias e jornais de comunicação, em que as praças de Fortaleza aparecem como objeto central em suas chamadas (figura 1):



Figura 1 – Compilado de matérias coletadas pelo site O Povo entre os anos 2022 a 2023

Uma rápida observação das principais palavras que se destaca nas matérias sobre "Parques em Fortaleza", é possível destacar palavras como "reforma", "recuperação", "lazer", "inauguração", "famílias" e "crianças". Tomando esse exercício como pistas para pesquisa,

nota-se uma valorização desses espaços nos modos de produção da cidade, assim como os usos e públicos preferenciais. Em uma maior dimensão, é possível perceber a relação desses processos com outras escalas e interesses, destacando que “*Renovação, requalificação, preservação, revitalização, memória*, são vocábulos que hoje integram as agendas políticas de diferentes cidades, incluindo a capital cearense” (BARREIRA, 2019, p.47).

No presente trabalho, interessa compreender *os parques*, apoiado nas noções de *espaços abertos* e *espaços livres*, o que pressupõe, ao experienciar esses espaços, uma complexidade de incertezas por diferentes ramificações e que trabalham de forma conjunta essa ambiguidade entre ser livre e/ou ser preso (SENNETT, 2018). As seguintes noções acima relacionam-se, respectivamente, com a discussão sobre o design arquitetônico e a forma urbana, sendo possível apontar que os Parques, no processo de produção do urbano, atualizam os sentidos de “liberdade” na cidade, sendo assim, um campo oportuno para compreender em que cenário esses espaços passam a se constituir como um dispositivo de governo da cidade (FOUCAULT, 1979; 2008). A liberdade, na abordagem pretendida, implica na compreensão de que

“A autonomia pessoal não é a antítese do poder político, mas um termo-chave em seu exercício, com muito mais razão porque a maioria dos indivíduos não é meramente súdita do poder, mas desempenha uma função em suas operações” (ROSE e MILLER, 2012, p.71).

No presente estudo, defino como campo o Parque Rachel de Queiroz, localizado na região Oeste de Fortaleza, entre as Ruas Governador Parsifal Barroso e Frei Odilon, no bairro Presidente Kennedy. Antes de se consolidar como bairro, Presidente Kennedy originou-se na década de 1950 a partir de um conjunto habitacional denominado Conjunto Castelo Branco, do qual atualmente restam poucas residências. Naquela época, os primeiros habitantes migraram do interior do estado em busca de melhores condições de vida. A infraestrutura era precária, com ausência de pavimentação, contudo, grande parte da área era composta por espaços verdes. Ao ser elevado à categoria de bairro, recebeu inicialmente o nome de Monte Picu, local onde foram instalados o primeiro telefone público e a primeira agência dos correios.<sup>1</sup>

O bairro Presidente Kennedy possui 1,71km<sup>2</sup>, IDH de 0,499 (muito baixo)<sup>2</sup> e tem experimentado um significativo processo de transformação. Historicamente, essa área abrigava majoritariamente a classe trabalhadora, enquanto as áreas centrais, como o Centro e a Aldeota, eram predominantemente ocupadas pela classe mais privilegiada. No entanto, essa dinâmica vem mudando ao longo de décadas, e o bairro atualmente está passando por um período de valorização imobiliária e desenvolvimento de infraestrutura.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JjmtHXGPCzk>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://bairros.fortaleza.ce.gov.br/>

Os novos investimentos e as melhorias nas infraestruturas têm fomentado uma especulação imobiliária crescente no Presidente Kennedy. Isso se reflete na construção de novos empreendimentos residenciais e comerciais, na melhoria de serviços públicos e na ampliação de opções de lazer e comércio, que antes eram escassas na região. Esse movimento está redirecionando o eixo de desenvolvimento de Fortaleza, com o bairro se tornando um polo de atração para novas classes sociais e investidores.

Essa transformação do bairro Presidente Kennedy reflete uma tendência mais ampla de deslocamento do eixo de desenvolvimento urbano em Fortaleza, desafiando antigas configurações e abrindo novas oportunidades para crescimento e modernização da cidade. Como visto na imagem abaixo, existem uma gama de equipamentos públicos e privados que reverberam na nova produção imobiliária.



Figura 2 - Mapa do Bairro Presidente Kennedy com imagens acrescentadas pela autora das principais modificações recentes ao bairro. Feito no dia 02/05/2024.

Além disso, observa-se o surgimento de um debate significativo em torno da revisão do Plano Diretor de Fortaleza, impulsionado pelo crescente interesse em áreas ambientais e questões de sustentabilidade. Conforme relatado na matéria do Diário do Nordeste<sup>3</sup>, de 05 de junho de 2024, a preservação e proteção das áreas verdes têm ganhado destaque nas discussões entre a prefeitura, arquitetos e a sociedade civil. O novo Plano Diretor propõe a ampliação da área de proteção ambiental para 7%, com boa parte dessa proposta focada na criação de novos parques urbanos municipais.

Adicionalmente, o novo Plano Diretor introduz a denominação de Zonas de Uso Sustentável, exemplificadas pela Lagoa da Parangaba, Parque Rachel de Queiroz e Riacho Maceió, entre outros. Essas áreas teriam um potencial construtivo ampliado, reforçando a necessidade de controle estatal, por meio de legislação, dos locais de crescimento urbano. Tal controle busca equilibrar o desenvolvimento urbano com a preservação ambiental, conforme evidenciado no mapa do bairro Presidente Kennedy. Isso demonstra, portanto, ao que vem sendo visto pelo próprio mapa do bairro Presidente Kennedy, a necessidade de o Estado controlar por meio da legislação seus possíveis locais de crescimento e como o Parque Rachel de Queiroz também se encaixa nessa dinâmica.

Com uma área de 90.969m<sup>2</sup>, é o segundo maior Parque<sup>4</sup> de Fortaleza. O conceito utilizado para a concepção do projeto foi o de Parque Linear, utilizando o sistema viário existente como conexão entre as áreas verdes e ligações entre recursos hídricos<sup>5</sup>. O processo de construção do parque também é atravessado por dinâmicas de luta anteriores, através do Movimento Pró Parque Rachel de Queiroz, que, para além das reivindicações, reverberou nas dinâmicas do parque após a sua construção e efetivação.

A inauguração do Parque Rachel de Queiroz aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2022. Em pronunciamento, o então governador do Estado no período, Camilo Santana (Partido dos Trabalhadores - PT), expressa alguns sentidos da política urbana em torno do parque:

“Cuidar da cidade é cuidar das pessoas e cuidar das pessoas é criar espaços como esse para que as pessoas possam se encontrar, as famílias se divertirem, com o esporte e o lazer. E acredito que não será só apenas um dos mais belos parques de Fortaleza, será um dos mais belos do mundo. Nossa Capital está se destacando em ter espaços de lazer, espaços que valorizam o meio ambiente. E esse é o grande tema que o planeta todo está discutindo. Então Fortaleza parte na frente, pois é uma das capitais que mais investe na área do meio ambiente.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/areas-ambientais-o-que-a-prefeitura-propoe-no-novo-plano-diretor-de-fortaleza-e-quais-os-alertas-1.3520103?utm\\_source](https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/areas-ambientais-o-que-a-prefeitura-propoe-no-novo-plano-diretor-de-fortaleza-e-quais-os-alertas-1.3520103?utm_source)

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/985555/parque-rachel-de-queiroz-architectus-s-s>. Acessado em Dezembro de 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/985555/parque-rachel-de-queiroz-architectus-s-s>

E aqui estamos fortalecendo a parceria entre o Governo e o município, sempre juntos por Fortaleza (GOVERNO DO CEARÁ, 2022)<sup>6</sup>.”

Com base na fala do Ex-governador é possível perceber, mais uma vez, como a intensificação da produção desses espaços, restringindo-me a Fortaleza, está relacionado às demandas na produção do espaço urbano que encontram-se com o neoliberalismo. A ideia de “partir na frente”, mobilizando uma corrida simbólica no discurso, remonta ao caráter *empreendedor* que as cidades adotam no desenvolvimento econômico contemporâneo, que, no caso de Fortaleza, para além da valorização - na administração urbana - das zonas turística (Fortuna et al, 2012, apud, Bezerra, 2009), podem ser identificadas em outras políticas urbanas, como

“A valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e design urbano), atração para consumo [...] e entretenimento (a organização de espetáculos urbanos em base temporária ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias para regeneração urbana. Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver e visitar, para divertir-se e consumir.” (HARVEY, 2005, p. 176).

Dessa forma, a produção de parques em Fortaleza, para além da atualização dos sentidos da “liberdade” na cidade - podendo ser verificado no conceito de “espaços abertos” e na reconfiguração dos espaços livres -, pode ser investigada na chave do “empreendedorismo”, presente nas dimensões da gestão urbana bem como nas sociabilidades praticadas nestes espaços, considerando o papel e a produção do consumidor nessas dinâmicas. Ambas dimensões se apresentam como constituintes das práticas de governo neoliberal (MILLER e ROSE, 2012).

A categoria *governo*, na perspectiva foucaultiana, emerge na identificação da problemática da população, sendo esse o campo da atuação dessa tecnologia do poder, de modo que:

“ É a população, portanto, muito mais que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo. [Ela aparece] como consciente, diante do governo, do que ela quer, e também inconsciente do que a fazem fazer.” (FOUCAULT, 2008,p.140).

Ao mobilizar essa categoria para o estudo das dinâmicas urbanas, faz-se necessário compreender que o funcionamento das práticas de governo, pressupõe a compreensão produtiva do poder (FOUCAULT, 1979), assim, ao governar, mais do que manifestar um poder soberano, busca-se “ [...] modelar, formalizar e instrumentalizar a conduta, o pensamento, as decisões e as aspirações dos outros, a fim de alcançar os objetivos que eles consideram

---

<sup>6</sup>Disponível:<<https://www.ceara.gov.br/2022/02/15/parque-rachel-de-queiroz-totalmente-requalificado-e-a-mais-nova-opcao-de-lazer-para-os-fortalezenses/>>. Acessado em mês de ano (adicionar a data de acesso nesse formato)

desejáveis” (MILLER e ROSE, 2012, p.46). Nesse sentido, as cidades contemporâneas apresentam-se como campo de intervenção de múltiplas tecnologias de governo e dispositivos (FOUCAULT, 1979).

Ao tomar o cenário de intensificação na produção de Parques e praças, assim como a valorização desses espaços a partir de certos discursos que reverberam o modo que está sendo produzido Fortaleza, defino como objetivo de pesquisa a compreensão dos modos de governo da cidade a partir do estudo da construção, sociabilidades e relações de poder no Parque Rachel de Queiroz. Interessa perceber, igualmente, com esse caso paradigmático, tendo em vista os esforços políticos e econômicos em sua construção, os sentidos da produção de ‘espaços abertos’ e a reconfiguração dos espaços livres na cidade e, igualmente, o lugar do ‘empreendedorismo’ no discurso em torno desses equipamentos. Ao mobilizar uma abordagem sociológica da arquitetura, tendo em vista o interesse no design arquitetônico, vê-se a oportunidade da compreensão da dimensão política dos artefatos arquitetônicos (WINNER, 2017).

## METODOLOGIA

A partir do conhecimento técnico e das vivências urbanas, torna-se possível construir uma cartografia dentro de um macro estudo. Para tanto, “cartografar escalas espaciais de fluxos de resíduos materiais e humanos pressupõe uma postura de abertura por parte do pesquisador em relação às combinações que surgem em locais inusitados e em permanente processo” (MACIEL, 2022, p.3) Esses fluxos atravessam a esfera econômica, tecnológica e social, como será detalhado nos subitens subsequentes, que se interligam à medida em que observamos os atores escolhidos para a pesquisa neste capítulo, como os ambulantes, o Estado e os agentes de fiscalização.

“As linhas entre o público e o privado, o compulsório e o voluntário, lei e norma operam como elementos internos dentro de cada uma dessas montagens, à medida que cada uma conecta a regulação da conduta pública às capacidades subjetivas emocionais e intelectuais e as técnicas dos indivíduos, bem como os regimes éticos mediante os quais eles conduzem suas vidas.” (MILLER E ROSE, 2012, p.239)

A cidade, sendo composta por processos em constante transformação, pode ser interpretada através de conceitos como *dobras* e *modulações* por Deleuze (2012), *liberdade* por Foucault (1979) e *governar através da comunidade* por Miller e Rose (2012) que sustentam o poder do corpo urbano. Nesse sentido, o método cartográfico não se limita a um campo de intervenção, mas opera como um plano que abarca múltiplas dinâmicas. Isso se torna evidente ao não restringir o estudo ao objeto principal de pesquisa, o Parque Rachel de Queiroz, mas também ao observar como essas dinâmicas se reproduzem em outras áreas livres de Fortaleza, que serão detalhados também nesta pesquisa.

Assim, o estudo revela-se mais do que uma análise de um espaço físico específico; trata-se de uma conjuntura mais ampla, que além de um olhar científico, permite uma

compreensão mais sensível e imersiva da realidade científica. “Não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados da pesquisa. A formulação paradoxal de uma “produção dos dados” visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual.” (KASTRUP, 2009, p.33)

Pequenas pausas durante as visitas ao espaço foram essenciais para amadurecer ideias e acompanhar a velocidade das mudanças observadas no local, visto que Kastrup (2009) irá comparar ao voo de um pássaro, cujo “voos e pousos conferem um ritmo ao pensamento, e a atenção desempenha aí um papel essencial.” (KASTRUP, 2009, p.35). Kastrup (2009) identifica quatro etapas principais no funcionamento cartográfico: rastreo, toque, pouso e reconhecimento atento. A primeira etapa, o rastreo, envolve selecionar um elemento em meio a diversos que se apresentam simultaneamente. Nesse processo, a atenção ao tempo, à complexidade e à densidade das informações é fundamental para avançar. Além disso, destaca-se o uso da atenção flutuante, que possibilita o processamento contínuo e flexível das informações.

A escolha de focar nos ambulantes do parque neste capítulo considera uma escala que abrange todo o território, evidenciando um fenômeno amplificado pelo avanço do liberalismo econômico. Além disso, os ambulantes se destacam como os usuários mais frequentes do espaço, sendo, em sua maioria, moradores da região. Esse recorte ressalta aqueles que utilizam o parque não apenas como local de trabalho, mas também como parte de sua vivência cotidiana como residentes.

A segunda etapa identificada por Kastrup (2009), o toque, refere-se a uma conexão lado a lado, que se estabelece em um plano de proximidade, podendo envolver o uso do olho, ouvido ou qualquer outro órgão sensorial. No caso dos ambulantes, essa proximidade é evidente pela sua disposição ao longo de todo o parque, permitindo que se aproximem do público para conquistá-lo e atraí-lo à compra. Essa conexão é reforçada por elementos como suas vestimentas, que se assemelham às de qualquer pessoa, a maneira como utilizam a fala para cativar os clientes e a própria estrutura física de seus espaços de trabalho, geralmente mais baixas, o que facilita a troca de olhares e humaniza a interação.

A terceira etapa que seria o pouso é a entrada para o foco do que se busca aprofundar e ampliar o olhar. “Cada janela cria um mundo e cada uma exclui momentaneamente as outras, embora outros mundos continuem copresentes. Cada visada através de uma janela dá lugar, em sua escala, aos diversos gestos atencionais, possibilitando também mudanças de nível.” (KASTRUP, 2009, p.44) Isso indica que o pouso não é um ponto de estagnação, mas sim um momento de abertura para a multiplicidade de relações, promovendo a exploração de novas perspectivas.

No contexto dos ambulantes, por exemplo, o pouso pode ser interpretado como o aprofundamento nas interações entre eles levando em consideração tanto as dinâmicas econômicas quanto as culturais e sociais. Essa etapa permite compreender como essas

relações se desdobram e se transformam, conferindo suas interações específicas com os frequentadores do parque, como as trocas comerciais ou os modos de atração do público.

Por fim, a etapa do reconhecimento atento está relacionada aos circuitos e interações que atravessam a percepção e a memória. Trata-se de criar diferentes construções sem recorrer a modelos predefinidos ou padrões previamente configurados na mente. Como Kastrup (2009) explica, trata-se de “construir o próprio objeto através dos circuitos que a atenção percorre”.

No caso dos ambulantes, essa etapa pode ser compreendida como a capacidade de perceber suas dinâmicas de interação com o espaço, com o Estado e com os frequentadores do parque sem pressuposições ou categorias fixas. Como suas práticas se conectam a padrões maiores, como a informalidade no trabalho, as redes sociais locais ou a economia do parque. A atenção ao modo como ocupam o território, estabelecem conexões e se adaptam às demandas do público permite entender o papel que desempenham no ambiente do parque em contraponto dos outros atores envolvidos.

Algumas das pistas que veremos sobre a junção desses atores é a descentralização do formato que o poder opera, transformando o parque em um *rizoma* que pode ser usado para lazer, comércio ambulante, práticas culturais ou controle estatal. Esses usos coexistem e se sobrepõem, sem uma lógica hierárquica, trazendo uma horizontalidade. Portanto, funcionando como um *organismo vivo*, em que se adapta e readapta. “Uma espécie de autogestão, de auto-organização de uma problemática que não parte de um ponto central que vai dispor os elementos, esquadrihar, fazer uma ordem do dia, mas que, pelo contrário, deixa os diferentes processos singulares tentarem um desdobramento rizomático” (GUATARRI, 1996, p.126).

Nesse contexto, o poder se dispersa, formando uma estrutura própria onde lazer, trabalho informal, manifestações culturais e controle estatal se entrelaçam configurando formas de integração ao espaço mesmo existindo suas contradições e diferenças. Para tanto, devemos aprofundar que “o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga” (DELEUZE E GUATARRI, 1995, p.31) ao que será melhor explicitado a seguir como os ambulantes surgem e se desenvolvem nos parques.

## **MODULANDO O NOVO EMPREENDEDORISMO**

A investigação conduziu a conhecer as histórias dos novos empreendedores, aqueles que vem emergindo na cidade com suas barracas, *food trucks*, mesas de plásticos espalhadas em torno dos espaços públicos “que transita nas fronteiras borradas entre o informal e o ilegal ao longo de percursos descontínuos entre o trabalho incerto e os expedientes de sobrevivência mobilizados conforme o momento e as circunstâncias.” (TELLES, 2009, p.156).

*As oportunidades empreendedoras são daqueles que “não por acaso, considera que os comerciantes que estão instalados no mercado popular não são camelôs, mas microempreendedores individuais, diferenciando-os dos ambulantes que trabalham na rua.”, (HIRATA, 2015, p.112) como forma de aliança estratégica entre esses atores e ao que ele chama de “os partidos políticos das mais diferentes ‘cores e sabores’, diferentes em suas práticas; os policiais civis, militares, municipais e os fiscais da prefeitura, cada qual com uma atribuição em constante transformação.” (HIRATA, 2015, p.113)*

*“O que ocorre é que a composição desses grupos de poder que negociam e disputam a riqueza que circula nas cidades varia ao longo do tempo de formas imprevisíveis, segundo as conjunturas políticas e a trama das alianças entre esses conjuntos de grupos tão heterogêneos.” (HIRATA, 2015, p.113)*

Isso portanto revela uma necessidade levantada pela governamentalidade de Foucault (2008) que supõem, de um lado, as formas racionais, os procedimentos técnicos, as instrumentações através das quais ela se exerce, de outro lado, os jogos estratégicos que tornam instáveis e reversíveis as relações de poder que devem garantir. A formalização e o empreendedorismo, como mecanismos reguladores do setor, intensificam a posição e a concentração de grupos políticos e econômicos, transformando também a apresentação dos bens políticos. O que se destaca no processo é que a mudança de escala das características complexifica o cenário, devido à sobreposição de diferentes níveis de atores que comercializam mercadorias, serviços. No entanto, quanto mais esse cenário complexo se torna, mais evidente se revela, por um lado, a concentração e centralização, e por outro, a seletividade das ações governamentais, como veremos de forma mais minuciosa a seguir. (HIRATA, 2015)

Desde as primeiras visitas ao Parque Rachel de Queiroz, percebe-se uma grande aglomeração de pessoas, o que desperta curiosidade em quem vai pela primeira vez, devido à intensa movimentação. Ao explorar mais o espaço, torna-se evidente como as apropriações populares seguem um plano estratégico, atraindo a atenção dos frequentadores.

Minha primeira tentativa de me aproximar desse público foi através de uma conversa informal com uma ambulante<sup>7</sup>, dona de um pula-pula onde meu filho brincava. Aproveitei a oportunidade para entender o motivo de ela ter escolhido aquele local. Inicialmente, ela explicou que morava perto do parque e precisava de uma renda extra. No entanto, com o aumento constante do fluxo de pessoas no parque, essa atividade se tornou sua principal fonte de renda. Ela também contou que, com o tempo, incentivou outros ambulantes do público infantil a se instalarem próximos a ela, fortalecendo sua área de atuação.

---

<sup>7</sup> De acordo com o Código da Cidade (LEI 270) desenvolvido em 2 de Agosto de 2019 de Fortaleza, o artigo 556 inciso II conceitua os ambulantes como: “é o comerciante que vende seus produtos ou serviços sem ponto fixo e de forma itinerante, devidamente autorizado pelo Poder Público.”

Após a primeira impressão sobre os ambulantes, ficou evidente que eu precisava explorar mais esse setor crescente. Decidi então investigar o papel das redes sociais nesse processo, considerando que elas são uma ferramenta importante de apropriação e disseminação de informações. Comecei buscando por 'Parque Rachel de Queiroz' nas redes para entender o que as pessoas comentaram sobre o espaço após a inauguração, o perfil no *Instagram*, que se apresenta como oficial do parque, já contava com muitos seguidores, e a maioria dos comentários nas postagens era positiva e de elogios a obra recém inaugurada.

“ Com efeito, a expertise psicológica na propaganda oferece um lugar onde se pode explorar até que ponto isso tem sido menos uma questão de dominação ou de manipulação de consumidores do que “mobilizá-los” ao formar conexões entre as paixões, as esperanças e ansiedades humana, e traços bem específicos de bens emaranhados em práticas específicas de consumo. ” (MILLER e ROSE, 2012, p.140)

Esse contato virtual me levou a conhecer o administrador da página, Til Melo. Ele iniciou o perfil para divulgar o parque e, posteriormente, anunciou essa iniciativa como sua forma de trabalho, conseguindo patrocínios e parcerias. Em uma conversa pessoal no parque, ele revelou também que trabalha como assessor para o vereador Michel Lins<sup>8</sup>, considerado um dos vereadores do bairro e do Parque. Foi através desse contato inicial, consegui entender melhor as relações entre os ambulantes e as estratégias do governo para permitir e organizar sua atuação no local.

O empreendedorismo, então, destacou-se como uma faceta importante dentro do parque, e é possível observar essa mesma dinâmica em outras partes da cidade. Locais como a Beira-Mar de Fortaleza, a Praça MRV em Maraponga, a Praça da Argentina, Parque Dom Aloísio Lorscheider e a Praça Luíza Távora são alguns dos exemplos onde os polos de comércio ambulante vêm se tornando parte da cidade. Junto a esse crescimento, surge a necessidade de controle estatal, realizado pela Agência de Fiscalização de Fortaleza<sup>9</sup> (AGEFIS), como ilustrado na imagem XX abaixo, que mostra a atuação do órgão na Beira-Mar.

---

<sup>8</sup> Michel Lins Cavalcante de Almeida do partido PRD segue para o seu segundo mandato em 2024, conquistando 5.275 votos na primeira candidatura. Ele já foi convidado pelo prefeito José Sarto para assumir o cargo de Secretário da Regional III. Atualmente é presidente do PPS Fortaleza, vice-líder do prefeito e presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Emprego e Renda. Fonte: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/parlamentar/201>

<sup>9</sup> “A Agência de Fiscalização de Fortaleza (Agefis) é uma autarquia municipal, criada pela Lei Complementar nº 190, de 22 de dezembro de 2014, e tem como finalidade básica implementar a política de fiscalização urbana municipal, em consonância com a política governamental e em estrita obediência à legislação aplicável.” Fonte: <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/fiscalizacao/servico/642>



Figura 3 – União dos funcionários da AGEFIS na Beira-Mar de Fortaleza para retirada de foto. Fonte: elaboração própria no dia.

Para tanto, é preciso detalhar como acontece a setorização e sua organização, que inclusive, pode ser modificada de acordo com cada local dentro de Fortaleza. No Parque Rachel de Queiroz, pela sua extensão, os ambulantes possuem demarcações no chão, pois de acordo em entrevista com o Til Melo,

“É o limite de um pro outro, de um comerciante pra outro. Aí hoje ele sabe que é os cantos deles ali. Hoje eles não vêm? a pessoa não pode usar o canto deles. E se chegar um novato, quando for no outro dia, ele voltar, o novato tem que sair. Sempre quando chega gente nova, é orientado pela gente a procurar a regional a fazer o protocolo, primeiramente o protocolo e depois a autorização é outra etapa. E quando a pessoa vem com a autorização, aí a gente que coloca no local certo, aonde tem local disponível, a gente vai e coloca a pessoa. 10”

Portanto, todos devem abrir um protocolo junto com a regional, desde que contenham seus dados cadastrais e antecedentes criminais, além de pagar uma taxa de R\$11,50. Após o registro do protocolo, inicia-se o processo de autorização para se tornar permissionário. O registro tem validade de um ano, sendo necessária sua renovação ao final desse período. Com isso, levantam-se vários fatores que Hirata (2015) evidencia como isso reflete a dinâmica de circulação de riqueza ao mesmo tempo de como esses mercados são

---

10 Entrevista realizada no dia 5 de Setembro de 2023.

regulados em sua prática cotidiana. O que, portanto, fica evidente que corresponde a uma *sublocação do espaço* essa condição de irregularidade se acentua e permite a cobrança de taxas no mercado popular.

A perspectiva do consumo então se dissemina à medida que os indivíduos modelam suas vidas cotidianas com os materiais que lhes são fornecidos pela economia, pelas forças sociais e culturais, assim como o papel das subjetividades, dos prazeres e dos desejos (MILLER e ROSE, 2012). Nesse sentido, a liberdade implementada na vida dos ambulantes fica perceptível quando o “empreender a si mesmo” reflete em maximizar a qualidade de vida por meio dos próprios atos de escolha, conferindo significado e valor na sua vida. O estilo de vida dos ambulantes revelou-se como uma regulação da conduta de cada indivíduo, visto que se trata de um recorte recente da modernização e do “reinventar o governo” como “liberal avançado”. (MILLER e ROSE, 2012)

“note-se que as formas de governo operam aqui não através da restrição e limitação da liberdade ou da coerção externa, mas justamente através da atribuição de liberdade e autonomia aos “empreendedores”. Em conjunto, essas ações incentivam o que Foucault chama de “autogoverno” centrado na otimização do desempenho e na expansão do controle entre os pares.” (BIANCA FREIRE MEDEIROS, 2015, p.191)

Nas primeiras visitas, observei que os ambulantes ainda estavam se instalando, algumas vezes de maneira temporária e outras de forma mais permanente, como evidenciado pela presença de um parque infantil e pelos *food trucks* que começaram a ocupar as ruas laterais. Aproximadamente seis meses após a primeira ida ao local, percebi uma configuração diferente com uma maior consolidação de ambulantes, oferecendo uma variedade maior de produtos, como roupas, brinquedos e comida.

Após esse período, por meio de uma colega da faculdade de Arquitetura e Urbanismo, cujo marido chamado Renan Vieira trabalha como ambulante no Parque Rachel de Queiroz, realizei entrevistas semiestruturadas com ele e outros trabalhadores da região. Entre os envolvidos Cristiane Alves, 48 anos, vendedora de milho, uma das dez primeiras pessoas inseridas no local e Ana Paula Lima, 45 anos, ambulante de produtos infantis diversos. Por compartilharem o mesmo espaço de convivência e interação, essas pessoas me ofereceram

de maneira mais ágil uma compreensão da realidade desse grupo.



Figura 4 – Os entrevistados Renan Vieira com sua arara de roupa fitness e Cristiane Alves com seu carrinho de milho.  
Fonte: elaboração própria no dia.

A primeira entrevista foi com o Renan Vieira e a Ana Virgínia Pinto, que possuem uma arara de roupas para esporte<sup>11</sup>, e, todos os dias, retiram o estoque do porta-malas do seu carro estacionado irregularmente, com toda a rapidez e agilidade, para evitar multas da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC). Há de se pontuar que neste capítulo veremos uma nova modulação do capitalismo contemporâneo (TELLES, 2009) em que condiz com uma classe que transita entre o ilegal e o legal, pois há questões permitidas pelo Estado e outras não. “O que haveria aqui, segundo Deleuze, seria uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social.” (COSTA, 2004,

---

<sup>11</sup> Renan Vieira e Ana Virgínia vendem roupas de esporte, sabendo da importância do Parque como movimento ao ar livre, viram como uma grande perspectiva de vendas, principalmente blusas e shorts para praticar caminhadas e lazer no local.

p. 161) Isso, portanto, torna o poder não apenas vertical, e sim, horizontal e impessoal, como será entendido durante as entrevistas.

Renan, 33 anos, um dos interlocutores, começou a atuar como ambulante após deixar seu emprego de carteira assinada em uma agência de turismo no shopping em que ficou por 8 anos, onde a carga horária e o salário afetavam sua saúde mental. Ele descreve sua experiência como ambulante de forma positiva:

“É infinitamente melhor, defino o horário, a rentabilidade é maior, bem maior e tenho liberdade pra conversar de uma maneira tradicional, não ter que usar palavras pra atender clientes e em ser todo cordial, enfim...”<sup>12</sup>”

Ainda assim, ele percebe que o trabalho o mantém preso a uma rotina rígida: “Aqui também trabalho muito à noite, quase como num shopping.” Isso revela uma aceitação das recentes transformações do capitalismo contemporâneo, caracterizadas por condições ultraliberais e enfraquecimento das regulações estatais, que tornam a sobrevivência uma questão de negociar entre precariedade e segregação urbana (TELLES, 2009). Esse embaralhamento de situações ocorre de forma predominante e normalizada, pois, conforme as entrevistas revelaram, o Estado atua de forma tênue na regulação do espaço. Ao mesmo instante em que há essa ruptura de ação do poder por meio dos ambulantes e do seu comércio orgânico em que a escolha do local se deve ao “*feeling*”<sup>13</sup> de cada um.

Existem normativas impostas pelo Estado, como exemplo na demarcação do piso no qual seria o local exato para cada um permanecer ou ainda na vigilância por meio da AGEFIS (Agência de Fiscalização de Fortaleza), cujo não cadastro na Prefeitura já constaria como multa ou saída do local pela não obediência ao ordenamento seguido por eles. O que, portanto, revela uma disparidade de situações em torno do comércio ambulante que precisa de contatos, pessoas de conhecimento da situação interna para orientá-los. Isso fica evidente na fala da entrevistada Cristiane Alves “pra escolher o meu local, é assim, a regional que bota, a gente escolheu no começo, aí depois eles vieram e organizaram as pessoas nos seus devidos locais”.

Portanto é nesse cenário que as modulações, segundo Delleuze (2010), acontece de forma que o indivíduo pode ou não ter acesso a um serviço liberado, moldando seu comportamento conforme parecer viável dentro de uma rede localizável. Seguindo essa lógica, o consumismo é um expansor da mobilidade no espaço físico, pois permite definir como membro de múltiplas redes que se interconectam e fazem da relação do Estado com as pessoas serem mais próximas. Ao exemplo da mudança de local que foi acontecendo com muitos dos ambulantes, também aconteceu com o entrevistado Renan, e o que fica claro é a

---

<sup>12</sup> Fala de Renan Vieira em entrevista realizada em 7 de Setembro de 2024.

<sup>13</sup> Fala de Renan Vieira em entrevista realizada em 7 de Setembro de 2024. “Foi na cara e na coragem. Mas foi o feeling de saber que eu moro mais ou menos próximo do bairro, e aí eu sei que aqui é bem movimentado”

determinação para conseguir lidar com situações entre os outros vendedores e o órgão responsável da prefeitura

“No início teve uns olhares tortos né? Porque o que acontece, esse lugar já foi de várias outras pessoas, mas nunca deu certo pra ninguém ficar, e aí a gente peitou peito, peitou, fizemos amizades, graças a deus com os vizinhos, eles nos ajudaram, até que saiu a nossa liberação...sofremos um pouquinho de pressão pra sair por pessoas da prefeitura. Porque o que acontece, eles querem organizar, local por local, quem trabalha com confecção tem que ficar em uma parte, quem trabalha com alimentação fica em outra, e assim foi.”

A negociação constante entre “a aceitabilidade moral de seus comportamentos em uma situação” é o que torna possível a junção da legalidade e da ilegalidade e a mudança permanente dos seus limites. (TELLES, 2009) É nessa trama de relações, proporcionada pelo mercado e sua troca financeira, que convém moldar e criar novas redes e dobras urbanas. No entanto, tais dobras produzem “os agenciamentos políticos próprios aos mercados de proteção e às práticas de extorsão” (TELLES, 2009, p.164). No Parque Rachel de Queiroz, assim como em outros parques, o agenciamento político se manifesta principalmente pela atuação marcante de vereadores, que frequentemente transformam o espaço público em um grande palanque para autopromoção.

Assim, é por meio do agenciamento político que são levadas as alianças de *governar através da comunidade*. Miller e Rose (2012) tratam desse emparelhamento por meio de dois exemplos. O primeiro relacionado a segurança do local, em favor de uma força policial que mobiliza um senso particular de comunidade e também por meio da identificação entre as pessoas e sua comunidade revelando um engajamento sob a forma de cidadania ativa dentro de uma comunidade autogovernada.

O segundo por meio do governo sobre laços preexistentes de fidelidade, transforma-se em novos valores, associa-se a expertise e reconfigura relações de exclusão, portanto, através de “grupos comunitários” que possam reivindicar falar “em nome da comunidade”. Isso leva a uma maior facilidade desse exemplo em relação ao que ocorre com os ambulantes nesses espaços. O governar por meio de uma comunidade que gera vínculo e apropriação do espaço, mesmo que de forma ilegal e que comunica como eles se organizam pelo meio político vem de encontro ao explicitado

“De forma complementar, comunidades imaginárias, criadas pelas atividades de ativistas locais, podem formar o lugar da articulação de exigências junto a autoridades políticas e de resistência a tais autoridades: a linguagem da comunidade e a identidade que a designa tornam-se o espaço de novas contestações.” (MILLER e ROSE, 2012, p.117)

Seguindo essa lógica, de acordo com entrevista concedida por Til Melo, atualmente três vereadores atuam no Parque, destacando-se Michel Lins como o mais ativo. As tecnologias digitais amplificam o discurso político, como pode ser observado na figura XX, que apresenta uma publicação da conta oficial do Parque no Instagram. Nessa publicação, são

destacados os esforços voltados a divulgar as melhorias implementadas no local, principalmente para seu público-alvo, composto por ambulantes e transeuntes.

“Ora, aquilo que na web é a construção de um perfil dinâmico de usuários com fins comerciais, que serve para alimentar a sociedade de controle light do marketing.” (COSTA, 2004, p.166)



Fonte: *instagram* @parqueracheldequeirozpk – 15/03/2024

Além disso, a atuação do vereador estabelece uma conexão com figuras influentes no Parque, como Til Melo, que se tornou seu assessor na prefeitura e atua como intermediador entre ele e os ambulantes. Isso reforça a horizontalidade mencionada no início do texto, conforme abordado por Deleuze (2010), que destaca que os dispositivos de controle operam com informações oriundas das diversas ações dos indivíduos. Essas ações são disseminadas de maneira indireta, não por meio de uma autoridade superior, até porque na contemporaneidade “as instâncias de poder estão dissolvidas por entre os indivíduos, o poder não tem mais uma cara.” (COSTA, 2004, p. 163). Uma delas é através de alguém do mesmo grupo social que os ambulantes, capaz de transmitir as informações de forma mais eficaz entre Estado e população, de forma a conectá-los com o aparato político.

Isso ocorre por meio de uma modulação que se adapta e se renova, mostrando como a linguagem da era digital também transforma, de forma horizontal, o poder exercido pelas

peessoas. “Nenhuma forma de poder parece ser tão sofisticada quanto aquela que regula os elementos imateriais de uma sociedade: informação, conhecimento, comunicação” (COSTA, 2004, p. 163).

Nesse contexto, é importante reconhecer que, além do controle exercido pelos vereadores via meios digitais, os próprios ambulantes também desenvolvem suas formas de controle. Por meio de grupos de WhatsApp, eles compartilham o que é permitido ou não, alertam sobre a presença da AGEFIS e atualizam uns aos outros sobre os últimos acontecimentos do Parque. A entrevistada, Cristina Alves relata que nesse grupo há também muitas discussões e que, portanto, ela permanece somente no grupo feito pela prefeitura

“pra falar a verdade, eu não participo do grupo, porque tem muita confusão, aí eu sai no começo mesmo. Eu só sou de um grupo que é da regional, que é dos permissionários mesmo, que quando tem uma reunião, uma coisa, eles avisam no grupo.”

Poder e controle, portanto, caminham juntos, e nesse contexto, a vigilância (COSTA, 2004) sobre os meios de comunicação atende a uma nova e mais complexa formação, funcionando como uma forma de capturar e manter a presença. Isso perpetua o que COSTA (2004, p. 164) sugere ao afirmar que “os governos controlam os cidadãos; e os cidadãos controlam a si mesmos, já que precisam estar atentos ao que fazem.” A fala do entrevistado Renan torna essa dinâmica ainda mais evidente quando retratado ao funcionamento do grupo que consta somente os ambulantes no WhatsApp como eles se autoajudam.

“Participo, esse grupo é interessante porque tem uma interação bacana de movimento, se alguém tá precisando, vou dar um exemplo, tô precisando de um botijão de gás, aí a menina passou um zap de um cara que vende, tô precisando de urgência aí tem tudo, a questão da fiscalização, se tiver alguém que não está cadastrado e se a AGEFIS tiver chegando avisam: ei arranca a chefia aí na praça, aí quem não tem autorização, guarda tudo e vai ‘simbora’. E assim é uma ajuda, uma interação bacana, questão de insegurança se tiver havendo também, então ele é um grupo só nosso.”

A caracterização de chamar “um grupo só nosso” manifesta o pertencimento ao grupo, mesmo que de forma tecnológica, e a maneira de como é entendido em “a chefia aí na praça” corresponde a um processo de entendimento de quem realmente comanda os espaços livres que nesse caso é o Estado.

## CONCLUSÃO

A análise conduzida ao longo desse estudo revela as dinâmicas complexas e multifacetadas que permeiam a atuação dos ambulantes e empreendedores urbanos em

espaços como o Parque Rachel de Queiroz. Os relatos evidenciam que, enquanto esses trabalhadores desempenham papel central na economia local, suas atividades transitam entre o legal e o ilegal, revelando uma convivência estratégica entre o empreendedorismo individual e a regulação estatal. Ao que Zukin irá relatar

“Ademais, os parques dependem cada vez mais do “auto-financiamento”, à medida que diminui a responsabilidade do Estado em manter a esfera pública. Os parques não são mais somente um “espaço verde”; eles também são complexos fechados com academias de ginástica, ginásios para crianças e quadras de basquete cuja entrada é paga. As paisagens urbanas na aurora do século XXI sugerem, paradoxalmente, que a democratização da sociedade é coordenada com uma transformação mais intensa do espaço urbano em mercadoria.” (ZUKIN, 1996, p.115)

O estudo demonstrou como as políticas públicas moldam e limitam os espaços de atuação desses grupos, ao mesmo tempo em que deixam brechas para negociações e arranjos informais. A regulação estatal, representada pela AGEFIS e pelas delimitações formais de ocupação, contrasta com as estratégias de autogestão e apoio mútuo entre os ambulantes, como os grupos de *WhatsApp*. Essa dualidade reflete a modulação constante descrita por Deleuze (2010), onde os limites de legalidade se tornam fluidos e adaptáveis às circunstâncias.

“Não se trata de tomar essa binaridade como chave explicativa, mas de prospectar seus efeitos, o modo como os jogos de poder se configuram nesses espaços, a distribuição diferenciada dos controles e, em torno deles, os agenciamentos práticos que se curvam ou que escapam aos dispositivos de poder implicados nessas categorias e codificações.” (TELLES e HIRATTA, 2010, p.41)

Outro aspecto significativo é a articulação entre os atores políticos locais e os empreendedores, configurando uma relação que vai além da regulação estatal, moldada por interesses políticos e estratégias de influência. A presença de vereadores no espaço público exemplifica como o poder político se manifesta horizontalmente, aproximando-se das necessidades dos ambulantes, mas também instrumentalizando essas relações em benefício próprio.

O uso das tecnologias digitais emerge como uma ferramenta poderosa tanto para o controle estatal quanto para a organização dos próprios ambulantes. Essa conectividade, porém, reforça a necessidade de um equilíbrio entre regulação e autonomia, garantindo que os trabalhadores possam se sustentar dignamente sem a imposição de estruturas opressivas.

“Esses são exemplos de dispositivos que possibilitam uma articulação de um novo tipo; dispositivos que permitem criar tanto estruturas de defesa, como estruturas mais ofensivas; dispositivos que permitem criar aberturas e contatos, [...]. São dispositivos vivos, porque encarnados no próprio campo social, em relações de complementaridade, de escoramento – enfim, em relações rizomáticas.” (GUATARRI, 1996, p. 125)

Por fim, o cenário do Parque Rachel de Queiroz exemplifica as tensões e possibilidades do empreendedorismo urbano contemporâneo em uma sociedade que constantemente reinventa seus mecanismos de controle e liberdade. A sobrevivência nesse ambiente exige criatividade, resiliência e, acima de tudo, a habilidade de navegar entre as fronteiras do formal e do informal, revelando a importância de políticas públicas inclusivas e adaptativas para promover o desenvolvimento sustentável e equitativo nas cidades.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, Irllys Alencar. GONÇALVES, Danyelle Nilin (org). **A cidade: sob o chão do espaço público**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2019. 228p.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, 18(1): 161-167, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo, Editora 43. 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**. Rio de Janeiro : Ed. 34, 1995.

FORTUNA, Carlos. **Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, p.123-148, 2002, publicado a 01 outubro 2012, consultado em 29 julho 2022. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1272>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1272> Acessado em: 23/07/2022

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HIRATA, Daniel. **Comércio ambulante no Rio de Janeiro e em São Paulo: grupos de poder e instrumentos contemporâneos de governo** In: BIRMAN, Patrícia et al. (Orgs). Dispositivos

urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.95-120.

KASTRUP, Virginia; PASSOS, Eduardo; ESCÓSSIA, Liliana. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. **COMO CRESCE UMA CIDADE? A GESTÃO DE ESPAÇOS E VIDAS RESIDUAIS AO LONGO DE FORTALEZA**. In: Seminário Nacional Sociologia & Política UFPR. Anais...Curitiba (PR) UFPR, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/12snsep/479662-COMO-CRESCE-UMA-CIDADE-A-GESTAO-DE-ESPACOS-E-VIDAS-RESIDUAIS-AO-LONGO-DE-FORTALEZA>. Acesso em: 15/11/2024

MEDEIROS, Bianca Freire. **Governamentalidade e mobilização da pobreza urbana no Brasil e na África do Sul: favelas e townships como atrações turísticas**. In: BIRMAN, Patrícia et al. (Orgs). Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p.187-197.

MILLER, Peter; ROSE, Nicholas. **Governado o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo: Paulus, 2012.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro & São Paulo: Editora Record, 2018.

TELLES, Vera da Silva. **Ilegalismos Urbanos e a Cidade**. Novos Estudos. Cebrap. n.84, jul, p.153-173.2009.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. **Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 22, n. 2. 2010.

WINNER, Langdon. **Artefatos têm política?** Analytica, Rio de Janeiro, vol.21, no2, 2017, p.195-218.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1996.